

A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

SindiTabaco critica documentos prévios da COP6

O Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, em texto recente publicado no site da entidade, criticou alguns dos pontos que serão discutidos pelos países tratadistas da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, na Conferência das Partes (COP6), em outubro, na Rússia.

Segundo o texto “o documento trata de questões da produção sustentável e acusa o tabaco de desmatamentos, trabalho infantil e forçado, contrato de trabalho injusto e disseminador de pobreza no campo, questões que estão ultrapassadas na realidade do produtor de tabaco brasileiro”.

O presidente da entidade, Iro Schünke, declarou que o setor vem realizando ações sociais e ambientais para reduzir os aspectos negativos que envolvem a produção de tabaco.

“Como em qualquer atividade agrícola, existem algumas dificuldades, mas não se pode generalizar. Vemos que muitas das acusações feitas ao setor são baseadas em casos específicos, que não retratam a realidade dos 160 mil produtores de tabaco brasileiros. Atualmente já temos resultados, baseados em dados oficiais, que comprovam que o tabaco é um dos setores que mais realiza ações de cunho social e ambiental”, afirmou Schünke.

O SindiTabaco argumenta que os documentos generalizam situações específicas de regiões produtoras sem considerar os aspectos positivos da produção de tabaco, e aponta o que eles alegam como incoerências em temas como renda, tributação, pobreza e reconversão.

Renda: o documento lista alguns dos motivos que fazem os produtores confiar no tabaco. Entre eles, “a crença dos produtores de tabaco e trabalhadores de que a renda bruta do tabaco é maior do que a renda de qualquer outra safra”. Na sequência, o documento se contradiz ao confirmar o alto rendimento obtido pela cultura;

Tributação: no item 4.1 (promoção de pesquisa), chama atenção o item H: “Os fundos podem ser levantados através de várias formas, inclusive tributação sobre o tabaco”. A tributação não é objeto de estudo dos artigos 17 e 18 e não deveria estar listada;

Pobreza: em várias oportunidades, o documento julga que o produtor de tabaco vive em pobreza absoluta. Mas em outro momento, a informação se contradiz afirmando que o produtor de tabaco consegue se manter na pequena propriedade justamente por obter um alto ganho;

Reconversão: um dos objetivos do documento é diversificar e propor alternativas de produção na propriedade rural; entretanto, a medida de sucesso proposta é a redução do número de produtores e da área cultivada com tabaco, ao invés de medir o incremento de outras fontes de renda.

Outra crítica de Schünke é que os documentos abordam a redução do financiamento do cultivo do tabaco.

continua



“Entre as ações propostas que mais preocupa é a de interromper financiamentos públicos e incentivos para o cultivo do tabaco. Remete à proposta que já foi feita no passado, mas que acabou sendo descartada pelo governo brasileiro. A representação brasileira deveria rejeitar qualquer medida que configure o cerceamento da liberdade do produtor em cultivar tabaco”, frisa.

“Estranhamos que o Brasil, protagonista na elaboração do documento, tenha concordado com itens que contrariam a Declaração Interpretativa assinada pelo governo brasileiro – que salvaguarda a produção de tabaco – tendo apoiado a redação do item 2.4 que aborda que devem ser simultaneamente implementados programas de reconversão”, avalia Schünke.

Outra crítica aos documentos, segundo o SindiTabaco, é que responsabiliza o cultivo do tabaco “por ações relativas às questões de segurança e saúde do produtor rural e meio ambiente”.

A entidade realça que o setor produtivo do tabaco no Brasil é sustentado por um sistema de integração legal e formal, e recentemente publicou as Normas Técnicas Específicas da Produção Integrada de tabaco no Brasil, o que para o sindicato o torna uma “indústria responsável e comprometida com o desenvolvimento social e ambiental da cadeia produtiva do tabaco”.

Segundo o executivo, a cadeia produtiva deve se manter vigilante, pois o próprio documento prevê a possibilidade de “prover diretivas adicionais”.

Uma das expectativas da entidade é que os representantes da cadeia produtiva do tabaco sejam incluídos na comitiva brasileira, orientação esta “expressa no Princípio 2”.

“Esta já era uma reivindicação antiga. Esperamos que todas as representações dos produtores sejam convidadas a participar, a exemplo das federações da Agricultura e dos Trabalhadores na Agricultura, bem como da Afubra, que até o momento têm estado isoladas de qualquer tipo de participação na COP”, avalia Schünke.

Fonte: SindiTabaco

<http://sinditabaco.com.br/documento-da-cop6-deixa-o-setor-aprensivo/>

